

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ENSINO
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS NATURAIS**

FERNANDA NARA PEREIRA

**PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APAES DE IMBITUVA,
IRATI E PONTA GROSSA.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PONTA GROSSA

2018

FERNANDA NARA PEREIRA

**PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APAES DE IMBITUVA,
IRATI E PONTA GROSSA.**

Trabalho de monografia apresentado como requisito para aprovação no curso superior de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais do Departamento Acadêmico de Ensino da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada.

Orientadora: Prof. Dra. Lia Maris Orth Ritter Antikeira.

PONTA GROSSA

2018



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
Câmpus Ponta Grossa
Departamento Acadêmico de Ensino
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais



TERMO DE APROVAÇÃO

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APAES DE IMBITUVA, IRATI E PONTA GROSSA

por

Fernanda Nara Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no dia **13 de junho de 2018**, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Ciências Naturais pelo Departamento Acadêmico de Ensino, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora.

Profa. Ms. Talícia do Carmo Galan Kuhn
NUAPE-UTFPR

Prof. Dr. Gilberto Martins Freire
UTFPR

Profa. Dra. Lia Maris Orth Ritter Antiqueira
Orientadora - UTFPR

- A FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA ENCONTRA-SE ARQUIVADA NA
SECRETARIA DO CURSO -

DEDICO ESTE TRABALHO

À Deus, por me guiar por caminhos gratificantes até aqui.

A minha família que sempre me fizeram acreditar na realização dos meus sonhos e principalmente aos meus pais, Anadir e Espedito, por trabalharem muito para que eu pudesse chegar até aqui.

A você Carlos, meu companheiro no amor, na vida e nos novos sonhos, que sempre me apoia nos momentos difíceis e que compartilha comigo as alegrias.

Ao meu ídolo Daniel, embaixador das APAEs do Brasil, um dos motivos da realização desta pesquisa.

E aos meus alunos e colegas de caminhada por me ensinarem e impulsionarem todos os dias mesmo que involuntariamente.

Dedico este trabalho a vocês!

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são a todos que de uma maneira ou outra compartilharam comigo esta caminhada, contribuindo direta ou indiretamente, para que eu realizasse esta pesquisa, me dando forças e auxiliando nos momentos difíceis.

Minha gratidão, em primeiro lugar, à Deus, por estar comigo em todos os momentos me iluminando, sendo meu refúgio e fortaleza nos momentos mais difíceis.

Agradeço, à minha família pelo apoio para que eu concretizasse essa etapa, especialmente à minha mãe por ser sempre meu maior exemplo.

Ao meu namorado Carlos Henrique Ingenchki meu amado, meu amigo, por compreender importância desta etapa, por toda ajuda, apoio e pela paciência dada a mim, principalmente nos momentos de aflição.

À professora – orientadora Lia Maris Orth Ritter Antikeira pela paciência, motivação e incentivo.

À diretora do CMEI Pequenos Pensadores, onde trabalho – Eliziane Borges pela compreensão e incentivo durante esta etapa.

As diretoras, aos professores, aos funcionários e alunos das APAEs envolvidas na pesquisa pela excelente recepção e pela contribuição.

Aos colegas e professores do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais da UTFPR, pelos momentos de partilha e aprendizagem.

Em especial às amigas Mariane Olegario Pavoni, Jessica Regina Alves, Miriam Caroline Rodhen e Isabelly Cristina Ribeiro pelo encorajamento, orientações e por toda a paciência que tiveram comigo.

A todos, muito obrigada.

“Se você tem metas para um ano: plante arroz; Se você tem metas para 10 anos: plante uma árvore; Se você tem metas para 100 anos, então eduque uma criança; Se você tem metas para 1000 anos, então preserve o meio ambiente.”

Confúcio

RESUMO

As questões ambientais estão cada vez mais presentes em todos os espaços. A partir disso é possível perceber a necessidade de sensibilizar as novas gerações para a preservação do meio ambiente. Este ato de sensibilizar precisa ser trabalhado de forma contínua e atrelado ao cotidiano de todos os alunos, inclusive os que frequentam instituições de Ensino Especial. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as práticas de Educação Ambiental realizadas por professores das APAEs com alunos portadores de necessidades especiais em três municípios do Paraná: Imbituva, Irati e Ponta Grossa. Participaram 28 docentes, respondendo sobre quais projetos são realizadas nas APAEs dentro da temática Educação Ambiental, a aceitação e participação dos alunos e dos responsáveis sobre estas atividades, bem como as dificuldades encontradas para realizar este trabalho. Após a análise dos resultados, verificou-se a importância de se trabalhar a temática, além de compreender a colaboração dos demais envolvidos, o que demonstra a viabilidade das práticas e que esse trabalho terá continuidade dentro das instituições.

Palavras-chave: Educação Especial, Meio Ambiente, Projetos Ambientais.

ABSTRACT

Environmental issues are increasingly present in all. From this it is possible to perceive the need to sensitize the new generations to the preservation of the environment. This act of sensitization needs to be worked on continuously and linked to the daily life of all students, including those who attend Special Education institutions. The present research had the objective of analyzing the Environmental Education practices carried out by APAES teachers with students with special needs in three municipalities of Paraná: Imbituva, Irati e Ponta Grossa. 28 teachers participated, answering about which projects are carried out in the APAEs within the theme Environmental Education, the acceptance and participation of the students and those responsible in these activities, as well as the difficulties found to carry out this work. After analyzing the results, it was verified the importance of working on the subject, besides understanding the collaboration of the other involved, which demonstrates the feasibility of the practices and that this work will have continuity within the institutions.

Key words: Special Education, Environment, Environment projects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Alguns dos alunos e docentes da APAE Imbituva, PR.	20
Figura 2 - Sede da APAE Rural em Irati, PR. Imagem: Jornal Centro Sul	21
Figura 3 - Sede da APAE em Ponta Grossa, PR. Imagem: Google Maps	23
Figura 4 - Ilustração da concepção de importância de projetos de EA nas APAEs. .	26
Figura 5 - Gráficos ilustrando a participação e realização/coordenação de projetos de EA nas APAEs.	27
Figura 6 - Perfil dos projetos de EA participados pelos docentes das APAEs separados por município.	28
Figura 7 - Perfil dos projetos de EA realizados/coordenados nas APAEs separados por município.....	29
Figura 8 - Ilustração a concepção da dificuldade de trabalhar EA nas APAEs.	31
Figura 9 - Quadro de fotos sobre projeto de Reciclagem de papel realizada com os alunos da APAE de Imbituva. Imagens cedidas pela direção da APAE.	33
Figura 10 - Quadro de fotos sobre projeto de cultivo de hortaliças e flores com os alunos da APAE de Irati. Imagens cedidas pela direção da APAE.	34
Figura 11 - Quadro de fotos sobre projeto de plantio de flores realizado com os alunos da APAE de Ponta Grossa. Imagens cedidas pela direção da APAE.....	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	11
2.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY	16
2.4 APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	18
2.4.1 MOVIMENTO APAEANO	18
2.4.2 APAE IMBITUVA.....	19
2.4.3 APAE IRATI.....	20
2.4.4 APAE PONTA GROSSA	21
3 METODOLOGIA	24
3.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA PESQUISA	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXO I.....	41

1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais fazem parte do dia a dia de todos, embora na maioria das vezes passem despercebidas. Ao avaliar o rápido crescimento das cidades, o desmatamento de florestas e a degradação de recursos naturais que acontecem em conjunto é possível perceber esta relação e concluir que grande parte dos problemas ambientais estão fortemente atrelados ao avanço de determinadas tecnologias produtivas.

O direito de viver em um ambiente ecologicamente equilibrado é garantido pela Constituição Federal do Brasil. Para tanto, impõe-se ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, ou seja, todos somos responsáveis por contribuir efetivamente para a conservação dos recursos naturais.

A Educação Ambiental (EA) é considerada um processo importante no ambiente escolar, devendo ser trabalhada desde os primeiros anos de vida da criança. O professor possui um importante papel quando orienta seus alunos para que preservem a natureza e adotem práticas que promovam a sustentabilidade, ainda que em pequena escala - dentro de suas casas, na escola ou na comunidade em que estão inseridos -, pois a partir desta mudança de atitudes individuais é possível atingir o coletivo.

A escola é um ambiente propício para se iniciar as discussões sobre Educação Ambiental, ainda nos anos iniciais, sob a forma de atividades que sensibilizem os alunos para questões que fazem parte do seu dia a dia.

Este ato de sensibilizar deve ser trabalhando de forma contínua e atrelada à vida dos alunos. Cabe então ao professor mostrar ao aluno as situações do cotidiano onde ele possa refletir se está procedendo de forma benéfica ou maléfica para com o meio ambiente e o que pode ser modificado para melhorar esta relação.

Para que isso aconteça de forma sólida e significativa e não sob a forma de um aprendizado mecânico que seja esquecido em pouco tempo, o professor deverá utilizar estratégias didáticas que apresentem os melhores resultados no processo pedagógico, cabendo a ele conhecer diferentes materiais e abordagens em sua prática docente para assim propiciar a motivação necessária para que o aluno aprenda de forma concreta e se torne um multiplicador de conhecimentos adquiridos.

A EA nas escolas deve chegar também à esfera da Educação Especial (EE). A EE no Brasil é inserida na Educação Básica de natureza complexa, oferecida às pessoas com deficiência, altas habilidades (superdotação) e transtornos globais do desenvolvimento, visando ensinar a todos os estudantes sem distinção e com qualidade.

Conforme definem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, é preciso criar condições de acessibilidade, permanência e promover o processo de ensino-aprendizagem bem como o desenvolvimento global dos alunos, pautado em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar a dignidade humana, a busca da identidade própria e o desenvolvimento para exercício da cidadania.

Partindo desta premissa, este trabalho busca abordar a Educação Ambiental realizada no âmbito da Educação Especial, escolhendo como amostra a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) dos municípios de Imbituva, Irati e Ponta Grossa.

A pesquisa busca responder a seguinte questão: Quais são as práticas realizadas para sensibilizar crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais para as questões ambientais?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral:

Diagnosticar as práticas de Educação Ambiental realizadas por professores das APAEs com alunos com necessidades educacionais em 3 municípios.

1.1.2 Específicos:

- Identificar práticas voltadas para Educação Ambiental são desenvolvidos nas APAEs de Imbituva, Irati e Ponta Grossa;
- Identificar dificuldades e limitações dos professores com relação ao tema;
- Compreender a eficácia das estratégias desenvolvidas nos projetos de EA;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, a EA se estabelece como um conjunto de processos de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. É feita pelo indivíduo e pela coletividade visto que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo e é essencial à qualidade de vida e sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Esses valores deveriam fazer parte da bagagem de todo ser humano, desde os primeiros anos de vida. Porém, infelizmente muitas vezes são desconhecidos pela maioria e é somente na escola que são trabalhados. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é na escola que o professor sistematiza e problematiza as vivências dos alunos, buscando novas informações e assim contribui para o reconhecimento da importância de cada um, permitindo a construção de um projeto consciente de educação ambiental (BRASIL, 1998).

Ainda nos PCNs, que são documentos norteadores do ensino no Brasil, a Educação Ambiental é definida como uma ponte para um mundo sustentável, reforçando-se a importância de trabalhá-la cada vez com mais intensidade (BRASIL, 1998).

A fim de garantir que estas prerrogativas sejam cumpridas, a PNEA coloca a escola como elemento central de discussão das questões ambientais, afirmando que a EA deverá estar presente e ser desenvolvida em todas as instituições de ensino e em todos os níveis, incluindo educação básica, infantil, ensino fundamental e médio, ensino superior, educação especial, profissional e de jovens e adultos (BRASIL, 1999).

Porém, para que possa estar presente em todas as relações escolares, a EA não deve ser designada como uma nova disciplina, mas sim estar atrelada a todas as disciplinas obrigatórias, buscando um conhecimento integrado. Esta preocupação também fica clara nos PCNs ao afirmar que “é necessário que cada profissional de ensino, mesmo especialista em determinada área do conhecimento, seja um dos agentes da interdisciplinaridade que o tema exige” (BRASIL, 1998).

Nesse contexto, fica clara então a responsabilidade do professor em auxiliar no desenvolvimento do conhecimento de forma crítica e responsável nos alunos. A reflexão sobre os efeitos causados ao meio ambiente e a biosfera como um todo devido às ações humanas deve ser constante e sempre articulada com a vida dos alunos. Essas iniciativas precisam estar desenvolvidas no âmbito escolar, pois está fundamentada e incorporada a temática do meio ambiente (MEDEIROS et al, 2011).

Contudo, os professores alegam ser muito difícil trabalhar sobre o meio ambiente no cotidiano escolar, devido à falta de material e de recursos financeiros, bem como o tempo escasso (BOSA; TESSER, 2014). Todavia é necessário que ocorram mudanças nesse contexto, para que a EA seja trabalhada de maneira mais concreta, proporcionando uma formação onde os alunos estejam preparados para lidar com essas questões em seu dia a dia. Para Medeiros et al (2011) é preciso ampliar os temas e não trabalhar apenas conteúdos com intuito de cumprir a grade curricular, mas sim capacitar os alunos para conviverem com problemas ecológicos e contribuírem para solucioná-los ou ao menos diminuí-los.

Magela (2013) reforça este posicionamento, afirmando a necessidade de se trabalhar a EA para garantir melhor qualidade de vida das pessoas, sensibilizando a todos para a diminuição de consumo e cuidados com os recursos naturais fornecidos pela natureza que atualmente são utilizados em excesso.

Silva et al (2011), apontam o trabalho pedagógico como primordial para transformar o cenário ambiental. A escola é considerada o local mais oportuno para mudança de atitudes e formação de cidadãos com consciência ecológica.

Ancorada a estas questões, surge a interdisciplinaridade como ferramenta necessária para o desenvolvimento de um trabalho efetivo em EA, visando superar toda e qualquer fragmentação de conhecimento relacionada ao assunto. Na prática, a interdisciplinaridade é a realização de um estudo sob a perspectiva de diversas disciplinas, em prol da produção de um conhecimento amplo e sistematizado. Para Japiassu (1976), ela se caracteriza pela intensidade das trocas e interação real das disciplinas em um mesmo projeto ou assunto.

A interdisciplinaridade consegue proporcionar uma troca de experiências dentro da sala de aula entre o professor e os alunos, e pode ser assumida pelos professores como uma estratégia de ensino-aprendizagem significativa a qual irá propor aos alunos um bom desenvolvimento, permitindo ter facilidade para solucionar problemas e atuarem de forma crítica perante as questões ambientais.

Por ser um aspecto de grande importância para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do cidadão, a interdisciplinaridade é defendida em diversos documentos norteadores da educação, dentre eles os PCN no que diz respeito ao ensino de ciências. No documento reforça-se a importância de superar a abordagem fragmentada das ciências naturais, buscando abordagens relacionadas entre diversas disciplinas (BRASIL, 1998).

Os PCNs apresentam o meio ambiente como um tema transversal, onde a transversalidade é alinhada com a interdisciplinaridade, ou seja: os temas transversais unem as disciplinas. E neste caso, o tema meio ambiente deve ser trabalhado em todas as disciplinas, como fica claro no documento:

“A principal função do trabalho com tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação.” (BRASIL, 1998, p.187)

Traduzindo para um contexto mais prático, Mattos (2005) enfatiza que a realização conjunta das atividades em diferentes disciplinas, bem como o esforço coletivo dos professores e alunos, associado à família e à comunidade, resultará em um trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento da Educação Ambiental na escola.

Esta proposta modifica conceitos tradicionais, pois segundo Dias (2003), antigamente a EA ficava restrita somente à área de Ciências ou Biologia, o que foi um erro. É preciso que ela ofereça uma perspectiva global da realidade e não uma perspectiva científica e biológica apenas. E nesse sentido são importantes os aspectos sociais, históricos, geográficos, matemáticos, de línguas, da expressão corporal, da filosofia, etc.

Em suma, a educação ambiental pode e deve ser trabalhada pelo professor de Ciências, porém deve ser realizada sob um enfoque interdisciplinar, visto que as questões ambientais necessitam por si da contribuição de outras disciplinas para a construção e a compreensão do assunto a ser trabalhado, bem como a incorporação de hábitos saudáveis ao dia a dia dos alunos.

2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O atendimento educacional especializado está atrelado à inclusão dos alunos com necessidades especiais. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p.8), a inclusão é definida como:

[...] a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. Como parte integrante desse processo e contribuição essencial para determinação de seus rumos, encontra-se a Inclusão Escolar.

A Educação Especial como um processo que assegure recursos e serviços educacionais organizados para apoiar, complementar e até mesmo substituir serviços educacionais comuns, garantindo que o educando desenvolva suas potencialidades em todas as etapas da educação básica (BRASIL, 2001).

As recomendações das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p.2) são: promover a rede pública dos meios necessários e suficientes, implantar a educação especial em todas as etapas da educação básica, orientar as adaptações dos currículos, orientar sobre as avaliações e o fluxo escolar dos alunos, estabelecer ações conjuntas com as instituições na formação dos professores e prever condições para atendimento extraordinário em classes especiais ou escolas especiais.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) também assegura o direito do aluno com necessidades especiais, por meio dos artigos 208 (define o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público) e 227 que assegura a criação de programas para alunos com necessidades educacionais, a integração social do adolescente, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos e inclusive a normatização para construção de edifícios de uso público e a fabricação de veículos de transporte coletivo para as pessoas com necessidades educacionais

A LDB (BRASIL, 1996) estabelece que é necessário um atendimento especializado aos portadores de deficiência e indica que a rede regular de ensino é o espaço preferencial para que esse atendimento ocorra. Assegura aos educandos com necessidades educacionais especiais, sistemas de ensino que disponham de métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender a

esses alunos. E, ainda, prevê que os professores tenham formação adequada para garantir a integração desses alunos nas classes comuns.

No Paraná, as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (PARANÁ, 2006) tratam das mudanças ocorridas na história da educação inclusiva, das controvérsias e polêmicas em relação aos possíveis avanços, da nova terminologia (necessidades educacionais especiais) e daquilo que os professores vivenciam em seu cotidiano e a imensa distância entre o que pretende a Lei.

A Secretaria de Estado de Educação (SEED), em sua denominada “Inclusão Responsável”, diz que o desafio é criar formas para que esses alunos com necessidades educacionais especiais não só tenham acesso à escola, mas que nela permaneçam e aprendam. Para isso se faz necessário uma rede de apoio e ajuda aos próprios alunos, educadores e familiares.

Tomando como base a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos do Paraná (PARANÁ, 2006), pode-se entender que a Educação Básica deveria passar por uma série de transformações para que a Inclusão se torne na prática o que se supõe na teoria.

O primeiro passo é a capacitação dos professores para atender a esses alunos e suas diferentes necessidades em classes comuns, especializados em educação especial. Além disso, os alunos com necessidades educacionais especiais precisam ter assegurado o acesso à escola enquanto espaço físico, para tanto devem ser eliminadas as barreiras arquitetônicas urbanísticas, tais como: escadas, bebedouros altos, rampas escorregadias, salas enceradas.

Na edificação, ainda deve-se levar em conta as instalações, equipamentos e móveis, bem como transporte escolar e as barreiras de comunicação. Pode-se dizer que a diferença será realidade quando as escolas públicas suprirem essas necessidades e, ainda disponibilizarem o apoio dos multiprofissionais da educação tais como: fonoaudiólogo, psicólogo e intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Este atendimento deve ser ofertado a todos os alunos com necessidades educacionais especiais na tentativa de que se sintam e sejam parte da escola que frequentam, ou seja: verdadeiramente incluídos.

É importante esclarecer que esse atendimento educacional especializado deve ser ofertado sempre que possível na escola pública de ensino regular, porém há ainda casos em que os alunos são atendidos em escolas chamadas de especiais ou especializadas voltadas apenas para pessoas com deficiência, onde a formação vai da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, ou seja, substituem o acesso a uma escola regular.

Dorizat (2004) considera segregadora e excluindo o aluno do convívio e participação em uma escola regular. Isso pode acontecer por conta de pais protetores que negam aos filhos o direito de uma educação mais ampla e participativa onde esse aluno terá um melhor preparo para o seu desenvolvimento de ensino–aprendizagem e seu crescimento enquanto ser humano.

A segunda maneira de executar o ensino especializado é a propagada atualmente pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, realizada no mesmo ambiente para alunos com e sem deficiência. Essa é a Educação Especial recomendável por autores como Batista e Araújo (2003), Sanchez (2005), entre outros.

Porém, no caso da educação especial ser oferecida na escola pública regular, é preciso considerar que o espaço escolar é caracterizado também pelas relações humanas e que o aluno é um ser dotado de sentimentos e emoções que deve ter seus direitos respeitados integralmente. Ou seja: deve se garantir que não haverá nenhum tipo de discriminação e/ou preconceito.

Portanto, o comprometimento da escola como um todo é fundamental para o sucesso da Inclusão, uma escola onde todos encontram no ensino um aliado para a conquista de um futuro melhor.

2.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY

Para Vygotsky (1998), a criança com necessidades educacionais especiais apresenta um desenvolvimento de qualidade peculiar nas diferentes fases pelas quais passa, da mesma maneira que uma criança considerada “normal” apresenta em cada fase uma estrutura específica do organismo e de sua personalidade.

A deficiência, na visão de Vygotsky, será a força do desenvolvimento psíquico da personalidade da criança, guiando o processo de crescimento e formação da mesma. Fará com que os momentos psicológicos dessa criança sejam mais

acentuados (memória, intuição, sensibilidade). Entretanto, o mais importante é que com a deficiência vem também a força para superar os limites causados pela deficiência ou ao menos para que essa deficiência seja equilibrada, cada limite superado, cada necessidade suprida torna essa criança mais forte e dá a ela a sensação de capacidade para determinada ação (VYGOTSKY, 1998, 2004; NUREMBERG, 2008).

Ao sofrerem essas transformações, essas crianças deixam de sentir a influência física, porque nasce nelas uma espécie de segunda natureza, no entanto essa segunda natureza tem limites impostos pela sociedade em que essa criança se encontra inserida.

Na escola, por exemplo, o aluno pode ser estigmatizado pela sensação de que é inferior aos colegas e, assim não quer participar de escolas especiais, mas tampouco se sente aceito na escola regular. Por outro lado, o próprio professor dessas escolas especiais pode se sentir rebaixado na escala social em relação aos seus colegas que lecionam nas escolas regulares. Desse modo, o problema não é o defeito em si, mas as consequências sociais que esse defeito traz as pessoas envolvidas nesse processo.

Nas palavras de Vygotsky (1998), o essencial nesse processo educacional é compreender que o aluno com necessidades educacionais especiais não necessita de escolas especiais, nem de ficar mais tempo que os outros alunos nessa ou naquela escola, nem ficar em salas com menor número de alunos ou só com alunos iguais a ele. O que esses alunos necessitam é de programas de ensino especiais, com métodos de ensino próprios e com profissionais especializados, para que as insuficiências dessa criança sejam superadas.

Em se tratando de alunos com necessidades educacionais especiais há que se entender que embora não possuam as mesmas funções que os alunos ditos “normais” são capazes de aprender da mesma forma que esses, porém de maneira diferente.

A solução, então está em se encontrar uma forma de transformar a teoria em prática, o que só é possível através do envolvimento de cada profissional da educação. A escola necessita de um fundamento sólido para que os alunos com necessidades educacionais especiais não se tornem apenas aceitação, mas inclusão e que os mesmos sejam imbuídos de direitos e oportunidades iguais de construir seu próprio conhecimento e, assim crescer enquanto ser social.

Cabe ressaltar ainda que o aluno com necessidades educacionais especiais deve ser valorizado como qualquer outro dentro de seus limites, assim terá chances reais de crescimento e desenvolvimento.

2.4 APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

2.4.1 MOVIMENTO APAEANO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é um movimento que se destaca no Brasil por ser o primeiro a surgir em prol das crianças portadoras de algum comprometimento. A primeira associação foi criada em 1954 na cidade do Rio de Janeiro por Beatrice Bemis, mãe de uma portadora de Síndrome de Down. Beatrice já havia participado de diversas fundações nos Estados Unidos e admirou-se de não existir nada parecido no Brasil. Motivados por ela, um grupo formado por pais, amigos, funcionários e médicos de excepcionais, fundaram a primeira APAE do Brasil. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 14)

A escola que começou com duas classes de aproximadamente vinte crianças, em instalações cedidas pela Sociedade Pestalozzi do Brasil, se desenvolveu e com o tempo seus alunos cresceram, tornando-se adolescentes, necessitando de outras atividades criativas e profissionalizantes. A partir disso surgiu então a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da Professora Olívia Pereira. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 14,15)

Em seguida outras APAEs foram surgindo e em 1962 já se encontravam dezesseis associações. Doze dessas APAEs existentes, sendo duas do estado do Paraná – Curitiba e Londrina - se encontraram para realização da primeira reunião nacional de dirigentes Apaeanos, onde pela primeira vez no Brasil se discutia a questão da pessoa portadora de deficiência em grupo, onde as experiências vividas foram levadas para diálogo. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 15)

Sentiram então a necessidade de criar um organismo nacional, fundando então a Federação de APAEs em 10 de novembro de 1962, tendo como presidente da diretoria Dr. Antonio Clemente Filho. Em 1964, o presidente do Brasil, Marechal

Castelo Branco, apoiou a iniciativa de aquisição de um prédio. Construiu-se então, onde atualmente se localiza a sede do Rio de Janeiro, e com isso a Federação foi transferida para Brasília. Como símbolo da Associação adotou-se uma flor cercada por duas mãos em perfil, uma em posição de amparo e a outra de proteção. A Federação, a exemplo de uma APAE, se caracteriza por ser uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com uma duração indeterminada. Tendo como filiadas as APAEs e outras entidades congêneres, com sede e fórum em Brasília-DF. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 15)

O Movimento se expandiu com rapidez pelas capitais e depois pelo interior dos estados. Atualmente o Brasil possui cerca de duas mil associações e é o considerado o maior movimento filantrópico do Brasil e do mundo, nesta área de atuação. Este aumento é positivo devido as dificuldades encontradas em nosso país tanto com relação a recursos como a educação, considerando mais ainda por se tratar de Educação especial. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 15)

Este crescimento se deu graças a boa atuação da Federação Nacional e das Federações Estaduais, que permitem e incentivam a formação de novas APAEs, sensibilizando a sociedade em geral e buscando a garantia dos direitos da cidadania da pessoa com deficiência no Brasil. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 15)

As APAEs são constituídas e integradas por pais e amigos de uma comunidade significativa de alunos portadores de necessidades especiais. É uma instituição filantrópica, contando então com a colaboração da sociedade em geral através de doações, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, dos políticos, enfim, de todas as pessoas que acreditam, apostam e lutam por esta causa. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 15)

2.4.2 APAE IMBITUVA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva, mantenedora da Escola Professora Rosalina Izabel Pugsley - Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase I, Modalidade Educação Especial, foi fundada em 9 de setembro de 1986 por iniciativa do Secretário

Municipal de Educação Francisco Glauco Penteado, do Rotary Club e além do interesse de algumas famílias. Inicialmente denominou-se como Centro de Reabilitação e Recuperação do Excepcional. (ESCOLA PROF^a ROSALINA IZABEL PUGSLEY, 2016, p. 05)

A Escola funcionou por vários anos em um prédio cedido pela Secretaria Municipal de Educação, o qual encontrava-se em estado precário de conservação. Somente em 2004 com o apoio da Prefeitura Municipal e a ajuda da comunidade o atendimento passou a ter sede própria da instituição, sendo inaugurado em 25 de maio de 2004, na Rua Dionice Taques, 220 – Centro, onde atua até os dias de hoje atendendo atualmente 110 alunos (Figura 1). (ESCOLA PROF^a ROSALINA IZABEL PUGSLEY, 2016, p. 05)

Figura 1 - Alguns dos alunos e docentes da APAE Imbituva, PR.



2.4.3 APAE IRATI

A Escola de Educação Especial chamada de “Nossa Escola” foi fundada no dia 15 de março de 1967 tendo como mantenedora a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati – APAE, situada à Rua Dr. Correia, nº 471 (Figura 2). Iniciou os atendimentos a alunos com deficiência intelectual, em nível moderado e severo, e outras deficiências (física, visual e auditiva) associadas à deficiência intelectual e

realizou esses atendimentos por aproximadamente 40 anos. (ESCOLA JOSÉ DUDA JÚNIOR, 2016, p. 10)

Em dezembro de 2011 passou a ser chamada de Escola José Duda Junior - Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Modalidade Educação Especial, com o credenciamento e autorização de funcionamento a escola passou a ter direito a todas as políticas públicas ofertadas pela SEED às demais escolas do estado, bem como aos seus deveres. (ESCOLA JOSÉ DUDA JÚNIOR, 2016, p. 10 e 11)

Além da sede a escola possui uma extensão de terra à aproximadamente cinco quilômetros, denominada Chácara “São Francisco de Assis” – APAE Rural, onde são realizadas atividades hortifrutigranjeiras, o Projeto Piá das Flores, possui também salas de aula onde são desenvolvidas atividades pedagógicas. A partir de 2005 também passaram a ser realizados trabalhos de natação, fisioterapia, psicomotricidade e atividades de lazer. Atualmente a instituição atende 80 alunos em período integral (Figura 2). (ESCOLA JOSÉ DUDA JÚNIOR, 2016, p. 11)

Figura 2 - Sede da APAE Rural em Irati, PR. Imagem: Jornal Centro Sul



2.4.4 APAE PONTA GROSSA

Em 1965 apesar da necessidade de um programa de atendimento à pessoas com deficiência já existir, surgiu a necessidade da formação de uma associação em Ponta Grossa nos moldes de outras já existentes no Brasil. No dia 11 de novembro

de 1965, ocorreu a primeira reunião da APAE, com a presença de representantes da APAE de Curitiba, autoridades, pais e pessoas ligadas à causa. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 21)

No dia 28 de dezembro de 1965, em sede provisória, situada na parte antiga do Grupo Escolar Senador Correia, a APAE de Ponta Grossa teve nova reunião, onde foi exposto a necessidade da criação de uma escola especializada para o atendimento da pessoa com necessidades especiais. Fundando assim a Escola Professora Maria de Lourdes Canziani, em 29 de maio de 1966. Tendo o nome como homenagem à ilustre professora que foi a primeira orientadora pedagógica da escola e na época chefe do Serviço de Educação e Cultura do Estado do Paraná. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 21)

Em 1º de agosto de 1966 a escola iniciou suas atividades com 23 alunos, nas dependências do Grupo Escolar Senador Correia. Conforme o aumento do número de alunos, a escola mudou-se em 1967 para a rua Ayrton Playsant, nº 405, antiga residência da Família Dítzell. Depois em 1970, novamente mudou-se para rua Dr. Paula Xavier nº 1273. Em 1971, as instalações foram na rua Ayrton Playsant, nº 607 de onde foi transferida e inaugurada em 20 de outubro de 1974 para a sua sede própria na Avenida Monteiro Lobato, nº 2420, Jardim Carvalho (Figura 3). (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 21)

Houve a necessidade de aumento no espaço físico, a qual desencadeou várias obras de ampliação, a construção da “Oficina Pedagógica” inaugurada em agosto de 1981, a Quadra de Esportes Polivalente inaugurada em setembro de 1981, a construção da área anexa, inaugurada em 19 de outubro de 1990, destinada à Educação Infantil e também os blocos complementares destinados à Oficina Protegida terapêutica, atual denominação dos espaços destinados ao Programa de Educação Profissional. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 21,22)

Em 27 de julho de 2010 a denominação da escola de Educação Especial Professora Maria de Lourdes Canziani, passou a ser Escola de Educação Básica Professora Maria de Lourdes Canziani – Educação Infantil, Ensino Fundamental/Anos Iniciais, Educação Profissional/Inicial – Modalidade de Educação Especial. (ESCOLA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI, 2017, p. 22)

Atualmente a APAE de Ponta Grossa atende 300 alunos até 40 anos de idade.

Figura 3 - Sede da APAE em Ponta Grossa, PR. Imagem: Google Maps



3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA PESQUISA

A pesquisa realizada apresenta caráter exploratório, descritivo e qualitativo. Exploratório por proporcionar maior familiaridade com o problema, envolvendo entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. (GIL, 2008). Descritivo por uma de suas peculiaridades ser a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2008). Além de ser qualitativa por depender de muitos fatores, como a natureza dos dados coletados, os instrumentos de pesquisa e fundamentação que norteia a investigação. (GIL, 2008).

Segundo Gil (2002) a pesquisa qualitativa é definida como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (GIL, 2002). Já para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa permite a compreensão dos “significados da existência individual e coletiva”. Ela se desvia da necessidade de uma lógica fechada na existência de um padrão único.

Porém, alguns dados obtidos permitiram dar tratamento estatístico às respostas, caracterizando a abordagem como quantitativa sob alguns aspectos. Onde a preocupação do pesquisador é a de descrever com precisão os dados coletados, conduzindo a resultados de natureza quantitativa obtendo dados estatísticos. (GIL, 2002).

O principal instrumento utilizado para a coleta de dados foi a aplicação de um questionário (Anexo I) com as seguintes perguntas:

1. O que você entende por educação ambiental?
2. Você acha importante a realização de projetos ambientais nas APAES?
3. Nos últimos 5 anos quais projetos você realizou/participou?
4. Qual sua visão sobre a aceitação dos participantes no projeto? A comunidade toda participa? Os alunos gostam? E as famílias?
5. Há dificuldade em trabalhar sobre esse tema? Justifique.
6. Dos projetos que foram realizados ou que você participou, você realizaria novamente? Por quê?

7. Deixo aqui em aberto caso queira contribuir mais com minha pesquisa relatando alguma experiência com Educação Ambiental.

Todas as perguntas foram relacionadas as práticas ambientais realizadas na escola, aplicadas para os docentes de das APAEs de Imbituva, Irati e Ponta Grossa.

A pesquisa foi realizada com 28 professores, sendo 8 (oito) da APAE de Imbituva, 12 (doze) da APAE de Irati e 8 (oito) da APAE de Ponta Grossa. As pesquisas foram entregues para as respectivas diretoras das APAES e retiradas em seguida após tempo determinado.

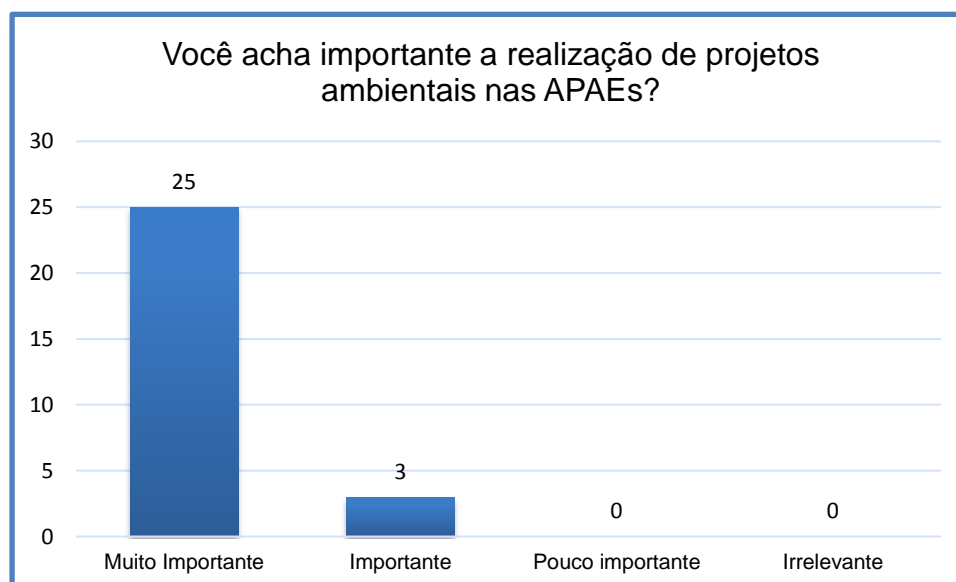
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira questão abordou o entendimento dos docentes a respeito da Educação Ambiental. Verificou-se que dos 28 entrevistados apenas um não soube responder com clareza, disse ser “estudo da natureza (Meio Ambiente)”, confundindo a EA com a Ecologia, que de acordo com Santos (2018) se preocupa com o estudo das relações estabelecidas entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem.

Um dos entrevistados demonstrou ter conhecimento aprofundado sobre o tema, definindo EA como “um processo de educação onde buscamos formar indivíduos preocupados com os problemas ambientais e que busquem a conservação e a preservação dos recursos naturais.” Nove entrevistados falaram sobre a conscientização e o cuidado com o meio ambiente, os demais apresentaram ter conhecimento sobre o tema. Percebe-se que os docentes têm conhecimento do assunto e da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) que define a EA como um conjunto de processos de construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. É feita pelo indivíduo e pela coletividade visto que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo e é essencial à qualidade de vida e sustentabilidade.

A segunda questão buscou saber sobre a importância da realização de projetos ambientais nas APAEs obtendo como resultado os seguintes dados: dos 28 entrevistados, 25 julgaram ser muito importante esse tipo de realização, 3 dizem ser importante e nenhum dos entrevistados respondeu ser pouco importante ou irrelevante (Figura 4).

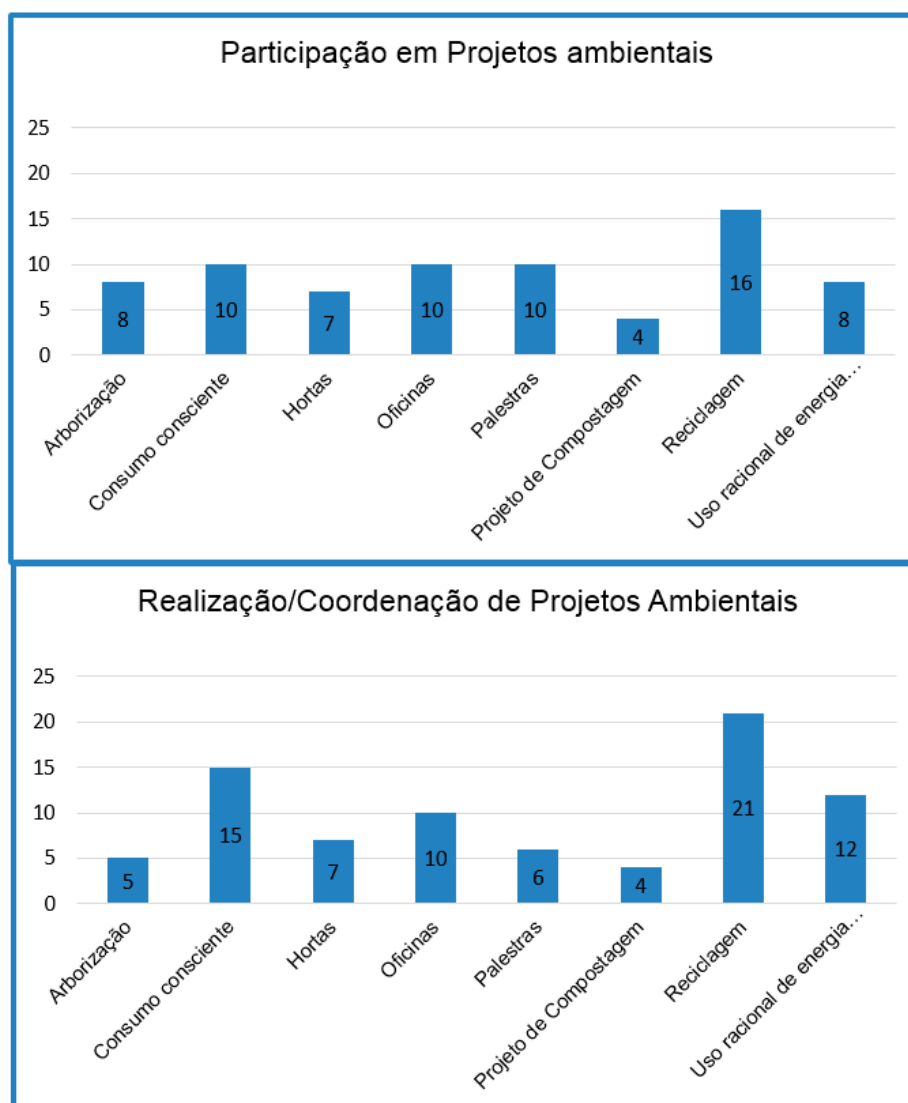
Figura 4 - Ilustração da concepção de importância de projetos de EA nas APAEs.



Segundo Curie (1998) é preciso desenvolver atitudes ambientais básicas na permanência dentro da escola para futuramente poder contribuir de forma consciente para a melhoria de nossa aldeia global como adultos, cidadãos plenos do mundo. Justificando assim a importância dada pelos professores entrevistados relacionando os projetos ambientais nas escolas.

Como consequência desta questão, a seguinte abordou sobre quais projetos foram realizados ou tiveram a participação dos docentes nos últimos 5 anos. Relacionando os 3 municípios com a participação e realização/coordenação em projetos temos os seguintes dados (Figura 5):

Figura 5 - Gráficos ilustrando a participação e realização/coordenação de projetos de EA nas APAEs.



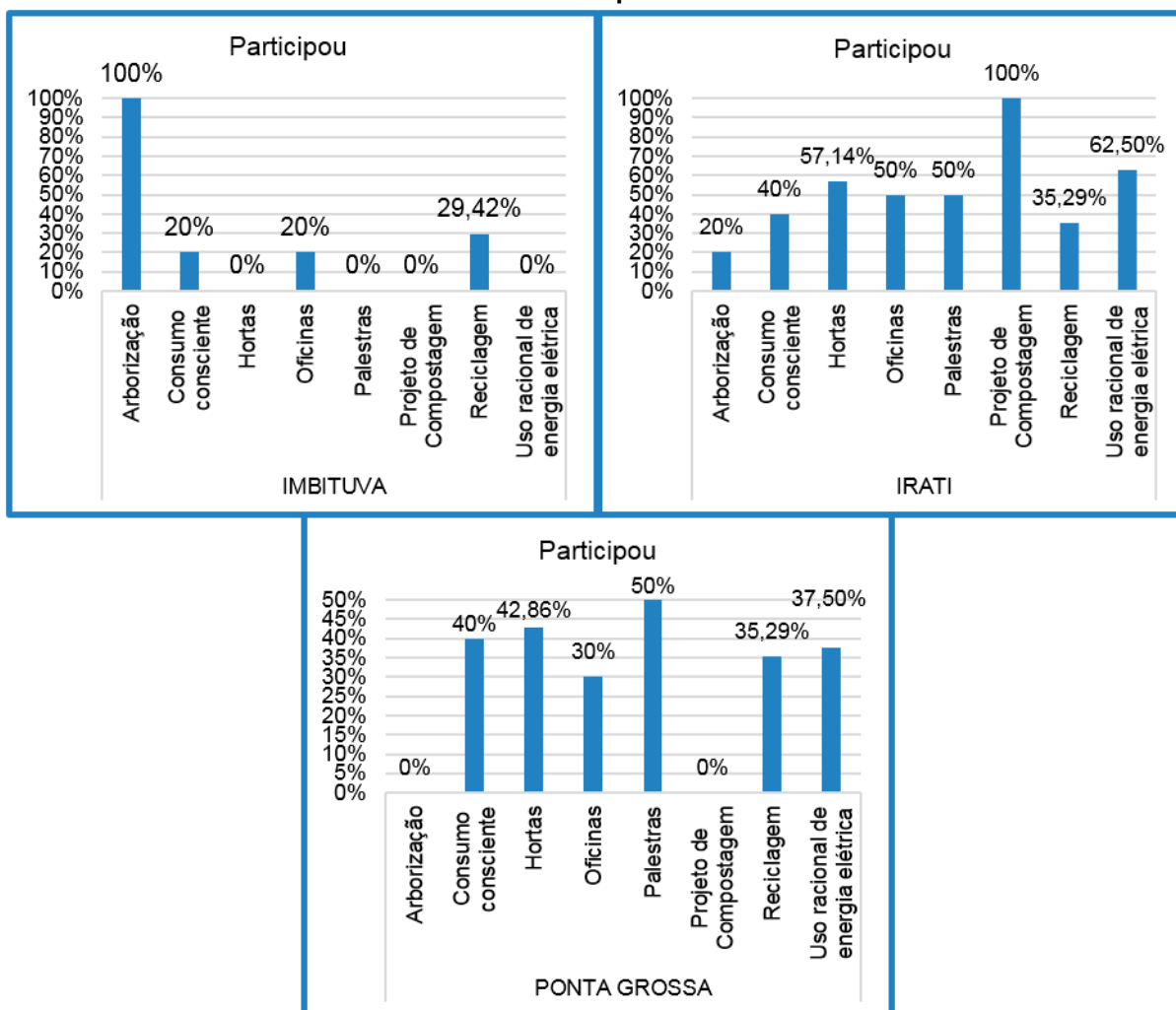
A partir destes dados percebe-se que a maioria dos docentes tiveram participações ou realizaram/coordenaram projetos de reciclagem. O que traz benefícios ambientais, evitando uma série de externalidades negativas, uma vez que

ela possibilita a melhora da qualidade ambiental urbana, reduz pressões sobre ecossistemas naturais de onde provem matérias primas virgens e demais insumos substituíveis por materiais reciclados, além da redução de acúmulo de resíduos em aterros sanitários (DAMÁSIO, 2010).

Analisando os dados por município (Figura 6) observa-se a característica de cada instituição em realizar determinadas atividades. Dos entrevistados por município em Imbituva 100% participaram de projetos de arborização; 20% em Irati participaram deste projeto e em Ponta Grossa 0% participaram.

Com relação ao município de Irati, dos 12 entrevistados, 100% participaram de projetos de compostagem. Este tópico da pesquisa obteve dados diferenciados, pois devido as atividades hortifrutigranjeiras eles realizam diversas atividades, incluindo compostagem. De acordo com Penteado (2010) projetos como esse tem como vantagens favorecer o melhor aproveitamento de resíduos orgânicos e permitir a utilização destes que, por sua natureza física (grosseira), química e biológica, não seriam aproveitados.

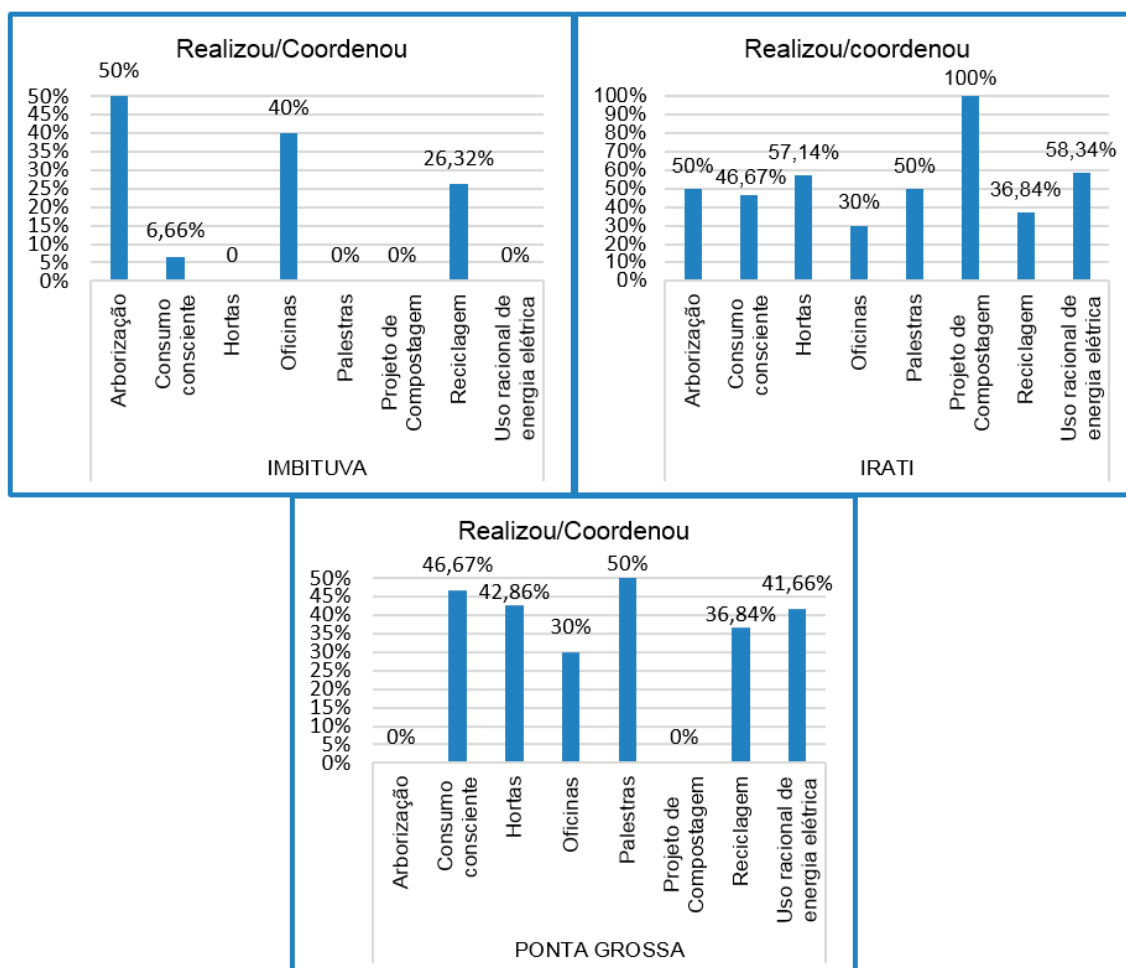
Figura 6 - Perfil dos projetos de EA participados pelos docentes das APAEs separados por município.



Relacionando os projetos já realizados/coordenados (Figura 7) em Imbituva 0% dos entrevistados participaram de projetos envolvendo hortas, palestras, e uso racional de energia elétrica. Em Irati relacionado à estes projetos já realizados/coordenados, 57,14% projetos envolvendo hortas; 50% realizaram/coordenaram palestras e 58,34% projetos sobre o uso racional de energia elétrica. Com relação ao município de Ponta Grossa dos 8 professores entrevistados 42,86% realizou/coordenou projetos envolvendo hortas; 50% realizou/coordenou palestras sobre Educação Ambiental; 41,66% projetos sobre o uso racional de energia elétrica.

Projetos que envolvem o plantio são oferecidos no PCN (BRASIL, 1998) como propostas que possibilitam trabalhar com a natureza e os recursos disponíveis e forma equilibrada; como por exemplo o plantio de hortas. De acordo com Kaufman e Serafini (1998, p.3) a horta na escola pode possibilitar um estudo da dinâmica de fenômenos naturais, bem como o estudo das relações estabelecidas entre os elementos componentes da horta.

Figura 7 - Perfil dos projetos de EA realizados/coordenados nas APAEs separados por município.



Alguns entrevistados mencionaram ter trabalhado alguns projetos diferenciados como:

- Uso racional da água;
- Passeios em chácaras;
- Projetos sobre preservação;
- Preparo da terra e cultivo de hortaliças;
- Passeios ecológicos.

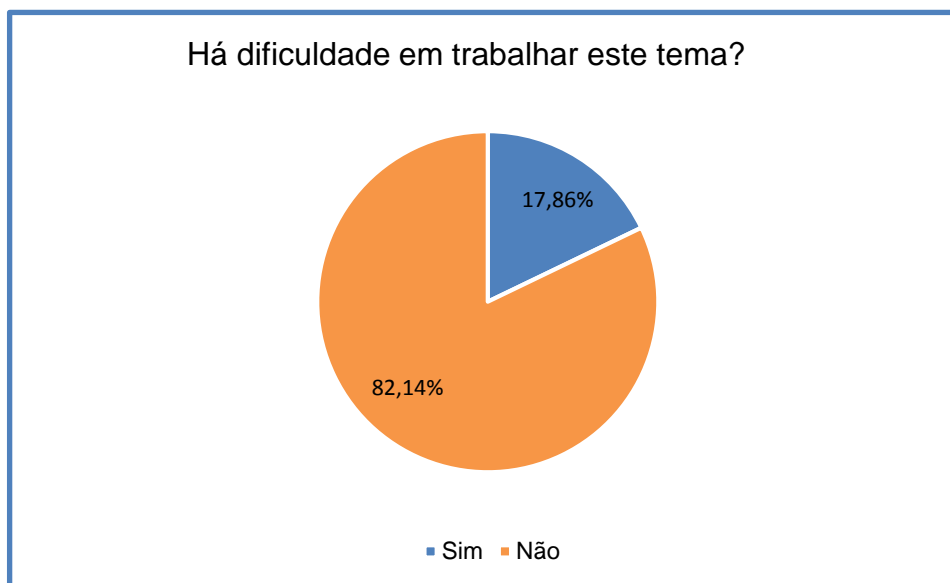
A questão 4 foi observada por parte dos educandos a visão dos sobre a aceitação dos participantes nos projetos e sobre a comunidade em geral, se costuma participar, se os alunos gostam e se suas famílias incentivam. A análise das respostas permitiu perceber que os projetos já realizados nas 3 APAEs foram bem aceitos tanto pelos alunos como a comunidade. Os alunos mostraram-se envolvidos e apresentaram aprendizado sobre o assunto, porém um dos docentes entrevistados destacou: “No início há empolgação, que diminui com o tempo”, isso pode estar relacionado a abordagem utilizada pelo professor.

Abordando a participação é perceptível que em ambas as escolas os pais se apresentam participativos, em projetos envolvendo reciclagem sempre auxiliam na coleta de materiais, porém 4 dos entrevistados relatam que: “os pais não participam como deveriam”, “...não levando a sério o que lhes é transmitido”, “são poucas as famílias que se envolvem”. Relacionando a comunidade escolar em diversas questões, os entrevistados dizem ter união e colaboração de todos, o que apresenta um resultado positivo nos projetos.

A questão 5 ilustrada do gráfico a seguir (Figura 8) está relacionada com a dificuldade de trabalhar a temática, sendo que dos 28 entrevistados apenas 17,86% relataram ter dificuldades e justificaram que este tipo de projeto implica necessidade de mudanças de hábitos e educação familiar. Um dos entrevistados relatou: “Porque ainda nos falta conhecimentos específicos sobre o tema”, o que demonstra a falta de informações sobre esta área em específico.

Os demais 82,14% dos entrevistados dizem não ter dificuldades de trabalhar a temática, alguns justificaram ter facilidade devido ao tema envolver questões que norteiam o cotidiano escolar e familiar.

Figura 8 - Ilustração a concepção da dificuldade de trabalhar EA nas APAEs.



Esta questão demonstra a necessidade de formações continuadas sobre o tema e atividades relacionadas que envolvam professores, para que haja enriquecimento sobre a temática. Como já dizia Freire (1996, p.25;43) “não há docência sem discência” e “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a própria prática.”.

A questão 6 abordou o interesse dos docentes em realizar novamente os projetos já trabalhados, sendo que todos os entrevistados responderam sim, e a maioria justificou relevância sobre o tema e a demonstração de interesse dos alunos relacionado aos projetos. Esses dados são satisfatórios pois através deles é possível reconhecer a importância dada pelos professores e que essa maneira de trabalhar a EA tem dado certo nas APAEs, apesar das dificuldades encontradas e dentro das possibilidades dos alunos, serão realizados projetos para sensibiliza-los com relação ao tema.

A questão 7 foi aberta para possíveis contribuições com a pesquisa realizada, solicitando que os docentes fizessem relatos de experiências envolvendo a EA. Esta questão foi respondida por quase todos os entrevistados e trouxeram contribuições significativas pois através dos relatos foi possível identificar como determinados projetos foram ou estão sendo desenvolvidos.

Na APAE de Imbituva o projeto atualmente realizado se chama “Nossa Floresta”, cujo qual envolve a reciclagem de papel (Figura 9) sendo realizado pelo professor de Artes, envolvendo os demais funcionários da escola - mesmo que de

forma indireta - com a coleta seletiva dos papéis. Segundo relatos do professor o objetivo principal deste projeto de reciclagem é arrecadar fundos para comprar mudas de árvores e reflorestar algum ambiente.

Quanto a APAE de Irati, os projetos são voltados para o cultivo de hortaliças e flores. Os alunos estão envolvidos neste processo desde a compostagem até a cuidado com as plantas cultivadas. Várias pessoas procuram a APAE para comprar mudas, vasos, árvores frutíferas, adubo orgânico e toda esta venda é revertida em renda para gastos da escola (Figura 10).

A APAE de Ponta Grossa também realiza cultivo de flores e hortaliças para venda, revertendo o dinheiro para os gastos da escola, além de outras atividades de artesanatos. A escola também dispõe de uma horta orgânica onde os alunos realizam atividades de plantio e cultivo, fruto de outro projeto realizado por uma acadêmica do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais da UTFPR Ponta Grossa (Figura 11).

Figura 9 - Quadro de fotos sobre projeto de Reciclagem de papel realizada com os alunos da APAE de Imbituva. Imagens cedidas pela direção da APAE.



Figura 10 - Quadro de fotos sobre projeto de cultivo de hortaliças e flores com os alunos da APAE de Irati. Imagens cedidas pela direção da APAE.



Figura 11 - Quadro de fotos sobre projeto de plantio de flores realizado com os alunos da APAE de Ponta Grossa. Imagens cedidas pela direção da APAE.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu reflexões sobre a Educação Ambiental nas APAEs. Os professores mostraram-se empenhados, dedicados e em momento nenhum mostraram resistência em trabalhar a temática devido às necessidades especiais dos alunos. Através do relato dos professores e das visitas às instituições foi possível perceber a motivação dos alunos ao realizar as atividades e o interesse que o assunto desperta.

Os resultados reforçam as possibilidades de trabalhar projetos ambientais com pessoas portadoras de algum tipo de deficiência ou necessidade especial e que esta temática é favorável para o desenvolvimento de cidadãos sensibilizados com a conservação e preservação do meio ambiente.

Os dados obtidos mostram a necessidade de sugestão para o município de Ponta Grossa para a realização de projetos de arborização, já que este pode colaborar para a melhoria do conforto urbano e da paisagem.

Considerando os dados em conjunto para as 3 APAEs foi possível perceber que a maioria dos docentes realizou/coordenou ou participou de projetos envolvendo reciclagem e a minoria projetos envolvendo compostagem. Relacionados a realidade de cada Escola, é possível perceber que na APAE Rural, situada no município de Irati, ocorre maior diversidade de projetos. A APAE de Ponta Grossa nos últimos 5 anos não abordou nenhum projeto envolvendo arborização, o que atualmente é um projeto viável de realizar. Já na Escola de Imbituva, não foram realizados projetos envolvendo hortas, apesar do espaço da Escola ser menor em relação as demais acredita-se que uma horta poderia ser feita de diferentes formas com os alunos.

Percebe-se que os trabalhos realizados nestas APAEs são significativos e contribuem para a sensibilização dos alunos e da comunidade. Há uma necessidade de formação continuada para os professores e possibilidades de realização de diferentes projetos, porém a rotatividade de professores dentro da escola é muito grande o que justifica a dificuldade de diferentes projetos, além de espaços restritos como no caso da APAE de Imbituva.

Contudo acredita-se que a Educação Ambiental se faz imprescindível em escolas especiais e que mesmo com as limitações dos alunos é possível ensiná-los sobre esta temática.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota; ARAUJO, José Newton Garcia de. (2003). **Segregação e inclusão das pessoas portadoras de deficiência**. Pulsional. Revista de Psicanálise. Clínica Social p.58-65, ano XVI, n.70, junho/2003.

BOSA, Cláudia Regina; TESSER, Halandey Camilo de Barbosa. **Desafios da educação ambiental nas escolas municipais do município de Caçador – SC**. Remoa/ Ufsm, Santa Catarina, v. 14, n. 2, p.2996-3010, 2014.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação do Brasil, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Ministério da Educação do Brasil, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 146p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – 1998**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 191-A de 5 de outubro de 1988, P.1.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a **Política Nacional de Educação Ambiental**, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 de abril de 1999. P.1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais – terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

CURRIE, K. L. **Meio ambiente e interdisciplinaridade na prática**. Campinas, Papyrus, 1998.

DAMÁSIO, João. **Para uma política de pagamento pelos serviços ambientais urbanos de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis**. Salvador: Pangea, 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental Princípios e Práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia Ltda, 2003. 550 p.

DORIZAT, Ana. (2004). Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? **Revista do Centro de Educação Especial**, n.24, 2004. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4921/2955>>. Acessado em: Maio de 2018

ESCOLA JOSÉ DUDA JÚNIOR – Educação infantil e ensino fundamental, na modalidade educação especial- **Projeto Político Pedagógico**. Irati, 2016, 269p.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROF^a MARIA DE LOURDES CANZIANI – Educação infantil, ensino fundamental– anos iniciais e educação de jovens e adultos e idosos – fase i na modalidade de educação especial. **Projeto Político Pedagógico**. Ponta Grossa, 2017, 201p.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA ROSALINA IZABEL PUGSLEY - Educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais, educação de jovens e adultos – fase i. Modalidade de educação especial. **Projeto Político Pedagógico**. Imbituva, 2016, 166p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1976. 220 p.

KAUFMAN, M.: SERAFINI, C. **A Horta: Um sistema ecológico**, In: WEISSMANN, Hilda (org.) Didática das Ciências Naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MAGELA, Geralda. **Pegada Ecológica: nosso estilo de vida deixa marcas no planeta**. **WWF-Brasil**, Brasília, 2013. 30p. Disponível em: < file:///C:/Users/user/Downloads/cartilha_pegada_ecologica.pdf>. Acessado em: maio de 2018

MATTOS, Suzi de. **Educação Ambiental: Instrumento de Resgate da Saúde e da Cidadania**. 2005. 157p. Dissertação (Mestrado) – Curso Profissionalizante em

Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, Universidade Plínio Leite, Niterói, 2005.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de; et al. **Importância da Educação Ambiental na Escola nas Séries Iniciais**. 2011. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Docência Universitária, Faculdade Montes Belos, Montes Belos, 2011. Disponível em: <<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/a-importancia-da-educacao-ambiental-na-escola-nas-series-iniciais.pdf>>. Acessado em Abril de 2018

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

NUREMBERG, Adriano Henrique. **Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.

PENTEADO, S.R. **Manual prático de agricultura orgânica: fundamentos e técnicas**. 2. ed. Campinas: Via orgânica, 2010.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Curitiba: Secretaria da Educação, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Superintendência de Educação**. Ensino fundamental na rede pública de ensino da educação básica do Estado do Paraná. Curitiba: SEED/SUED, 2005. Mimeog.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Institui **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acessado em: Abril de 2018

SILVA, M. D., MATTA, B. N., OLIVEIRA, R. R. **Histórias em quadrinhos como metodologia alternativa na construção do conhecimento sobre poluição**. Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal-SP. 2011. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1107-2.pdf>>. Acessado em: Março de 2018

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 7-18.

SANTOS, Vanessa Sardinha Dos. **“O que é ecologia?”**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-ecologia.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. **Teoria e Método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ANEXO I



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar na pesquisa de campo referente ao projeto do TCC desenvolvido pela acadêmica Fernanda Nara Pereira, fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof^a Dr^a Lia Maris Orth Ritter Antiqueira, as quais poderei contatar e/ou consultar a qualquer momento que julgar necessário através dos e-mails fernandanarapereira@gmail.com ou liaantiqueira@utfpr.edu.br

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é sobre o conhecimento das práticas ambientais nas APAEs.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser preenchida a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura da orientadora: _____



1 – O que você entende por educação ambiental?

2 – Você acha importante a realização de projetos ambientais nas APAEs?

- () Muito importante
- () Importante
- () Pouco importante
- () Irrelevante

3 – Nos últimos 5 anos quais projetos você realizou/ participou?

Realizou

- () Arborização
 - () Consumo consciente
 - () Hortas
 - () Oficinas
 - () Palestras
 - () Projeto de compostagem
 - () Reciclagem
 - () Uso racional de energia elétrica
 - () Outros
- Quais? _____

Participou

- () Arborização
 - () Consumo consciente
 - () Hortas
 - () Oficinas
 - () Palestras
 - () Projeto de compostagem
 - () Reciclagem
 - () Uso racional de energia elétrica
 - () Outros
- Quais? _____

